

Renamo propõe substituição de «capacetes azuis»^{SJ 29/11/93} por mais polícias da ONU

A Renamo vai propôr a substituição de metade dos «capacetes azuis» por um reforço do contingente policial que fiscalize a Polícia moçambicana durante a campanha eleitoral, disse o presidente do movimento, Afonso Dhlakama.

O líder da Renamo indicou também que vai entregar ao presidente da República Joaquim Chissano a lista dos 33 assessores do seu movimento dos 11 governadores provinciais e exigir a sua entrada imediata em funções.

A vinda de um contingente policial e a nomeação dos assessores foram dois entendimentos a que chegaram Dhlakama e Chissano no início de Setembro passado.

Mas o líder da Renamo manifestou-se claramente insatisfeito com o número aprovado no começo de Novembro pelo Conselho de Segurança de apenas 128 polícias das Nações Unidas.

«O que é isso? Isso não interessa», declarou Dhlakama, referindo-se aos 128 efectivos.

Dhlakama acrescentou que a sua proposta visa responder às alegações da Comunidade Internacional de que não há dinheiro para um contingente policial numeroso, como ele pretendia.

A proposta da Renamo, segundo indicou, vai ser exposta ao enviado especial da ONU para Moçambique, Aldo Ajello, e ao próprio secretário-geral Boutros Ghali por carta.

Ajello tem afirmado que o envio dos milhares de efectivos pedidos pela Renamo é inviável, mas garantiu que mais polícias da ONU virão além dos 128.

A Onuzem tem actualmente cerca de 6.000 efectivos militares e mais 300 observadores militares.

Segundo Dhlakama, «não faz sentido que esse contingente continue», porque «até Agosto do próximo ano teremos um exército formado» e os capacetes

azuis regressarão aos seus países.

«Mas teremos problemas durante a campanha eleitoral», considerou, acrescentando desconfiar da capacidade da Polícia governamental para manter a lei e a ordem.

O presidente da Renamo afirmou que pretende que elementos do contingente policial da ONU estejam em todos os locais onde houver forças da ordem do Governo.

Na entrevista, o líder da Renamo declarou-se ainda «traído» pela Comunidade Internacional, que não está a cumprir a promessa de financiar a transformação do movimento guerrilheiro em partido político.

Dhlakama avisou que, com estas dificuldades financeiras, pode perder o controlo do seu movimento e então «não haverá paz nem democracia» em Moçambique.

Segundo ele o «Trust Fund» gerido pelas Nações Unidas a favor do seu movimento «é dinheiro para aguentar com a presença da Renamo aqui em Maputo» nas comissões do processo de paz.

O «Trust Fund», de 10 milhões de dólares, ainda só foi realizado em 5,7 milhões de dólares, graças à verba disponibilizada pela Itália, segundo Aldo Ajello.

Dhlakama reafirmou que o seu movimento vai dar início ao acantonamento a 30 de Novembro, mas avisou que podem surgir «problemas» que fugiu a especificar.

Não querendo indicar o que vai fazer, Dhlakama tanto afirmou que vai cumprir o calendário do processo de paz, que prevê que o acantonamento decorra em dois meses, como admitiu que ele possa não ser concluído.

«Até podem acantonar todas (as tropas), mesmo que acantonem e desmobilizem podem surgir problemas. O meu problema é de surgir tudo e perigar a paz», disse.

«Se não se avisa, as pes-

soas podem pensar que está tudo a andar bem», declarou Dhlakama, que acusa a Comunidade Internacional de ver o processo de paz moçambicano como apenas o desarmamento da Renamo.

«Não quero que a Comunidade Internacional venha dizer que sou o segundo Savimbi. Não sou Savimbi, não serei Savimbi», afirma, para explicar por que razão levanta agora a questão do financiamento da Renamo.

Com as datas do acantonamento e das eleições marcadas, o líder da Renamo considera que «não há mais recuo» para a transformação do seu movimento de força militar em partido político.

«É preciso que a Renamo marque a sua presença politicamente» e para isso precisa de «infra-estruturas», sublinhou.

De acordo com o líder da Renamo, o seu movimento é disciplinado e um ano de paz praticamente sem incidentes é disso prova.

Mas, segundo ele, militares e políticos da Renamo poderão sentir-se traídos e considerarem-se livres para fazerem «aquilo que entenderem».

Dhlakama afirma que antes de assinar o acordo geral de paz, em Outubro de 1992, recebeu promessas de ajuda financeira de diversos países, que não citou, com a excepção de Portugal.

«Sinto-me agora traído, eu fui traído, porque muita gente prometia», frisou.

«Os países prometiam: Olha, não há problema. Assina o acordo que o dinheiro vai chover, toda a gente compreende que a Renamo ainda tem armas», recorda Dhlakama.

Segundo ele, Portugal foi um dos países que prometeu dar dinheiro. «Não quero dizer que fizeram um documento, que assinaram... mas eu falava com responsáveis portugueses», insiste.

«Muitos países prometiram, não me interessa citar, mas hoje mudaram de disco», acusa. «Quando disseram «assina o acordo», eles sabiam que as leis deles não permitiam apoiar um partido, mas hoje é que estão a dizer isto».

«Tem que haver um milagre. Tem que haver alguma coisa. Ou americanos e britânicos, portugueses, franceses, alemães, combinarem-se, criarem um fundo. Fecharem os olhos. Disponibilizarem. Porque é preciso. Isto é imediato», afirma Dhlakama transmitindo a urgência do seu apelo.